

“Estudo Errado”: qual é a capital de Kubanacan?

ANTONIO OZAÍ DA SILVA*

"Ensinar é, de repente, aprender".
(Guimarães Rosa)

*Eu tô aqui pra quê?
Será que é pra aprender?
Ou será que é pra aceitar, me acomodar e obedecer?*
(Gabriel O Pensador)¹

Deu-se muita importância ao topo, aos organismos do aparato do Estado (o ministério e as secretarias de educação; os conselhos federais e estaduais de educação etc.), ignorando-se que esse Estado se punha a serviço de causas estreitas, mais empenhado na “defesa da ordem” (e dos privilégios que ela atribuiu a ralas minorias), que com a educação. Devemos dar um giro de 360 graus e situarmos o foco vital onde ele deverá estar: na sala de aula, nas relações entre professores e alunos e no influxo que tal situação provocará sobre a transformação da sociedade para a escola (e vice-versa).
(Florestan Fernandes)

Em Kubanacan, a educação anda mal das pernas. Entra governo, sai governo, e as crianças e jovens permanecem à mercê dos caprichos das autoridades. Não faltam planos nem especialistas em ditar o que deve ser feito para melhorar a educação. Porém, há exceções: almas de boa vontade que provavelmente Dante não colocaria no inferno. Mas no inferno dantesco bem que caberiam muitas almas que reproduzem e perpetuam a realidade de exclusão social e, em muitos casos, torturam as almas dos nossos jovens e crianças, com exigências inúteis e demonstrações de autoritarismo, transformando suas vidas em um inferno

desconhecido para o autor de *A Divina Comédia*.

Uma conversa sincera com uma criança ou um jovem indica que, em muitos casos, a sala de aula mais se assemelha a uma prisão, e o aluno, como o preso em liberdade condicional, vê-se obrigado a comparecer diariamente para bater o ponto, ouvir o que não quer e fazer o que não gosta. Nesses casos, prevalece o desprazer, impera o medo e os abusos de autoridade. Ao invés de reconhecer no professor a autoridade legítima, o apoio que necessita para o seu crescimento intelectual, o aluno vê-se diante da alternativa de obedecer e se submeter aos



* **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor no Departamento de Ciências Sociais (UEM) e doutorando na Faculdade de Educação (USP).



caprichos de profissionais sem a mínima vocação e preparo para a árdua, porém sublime, tarefa de educar, ou, ao contrário, rebelar-se e sofrer as consequências e os estigmas. Isso é particularmente grave em relação às crianças mais tímidas, as quais sofrem mais intensamente e se sentem desprotegidas. Para elas, a falta do professor ou a sua mudança para outra escola é um alívio.

Mas qual deve ser a atitude do aluno diante do professor que grita, chama-o de burro e outros epítetos e não o respeita diante dos seus colegas? Como deve reagir o aluno quando o professor abusa da autoridade e utiliza recursos para afirmar o seu poder? O que explica, caro professor, que seus colegas consigam manter a disciplina da turma, dar a aula e conquistar o respeito dos alunos, sem que seja necessário gritar, ameaçá-los com provas surpresas, diminuir a nota ou expulsá-los da sala? Será que você não está confundindo respeito com medo e autoridade legítima com a autoridade ilegitimamente fundada no autoritarismo? O que se pode esperar do processo educativo quando o professor se impõe pelo medo, pelo terrorismo e exigências absurdas como trabalhos e provas de caráter punitivo? O que esperar de um professor que não tem autocontrole emocional?

Qual deve ser a atitude do aluno quando perceber que o professor não prepara aulas, não tem didática, não formula adequadamente as questões da avaliação ou exige conteúdos não trabalhados em sala de aula (ou não discutidos adequadamente); ou, ainda, pede trabalhos sem explicar o que realmente deseja? O que se pode esperar de professores cuja tarefa consiste apenas e unicamente em um meio de vida, em um trabalho assalariado como outro qualquer, e que, sem qualquer vocação para serem educadores, projetam seus descontentamentos, neuroses e fracassos, na relação com seus alunos,

infernizando as suas vidas? Como reagir diante de profissionais que humilham seus alunos dizendo que, por estudarem em escolas públicas, estão condenados ao fracasso e, assim, jogam ladeira abaixo a autoestima deles?

Se um avião cai ou um prédio desaba, pode-se encontrar culpados; se o time perde insistentemente, a torcida logo encontra os culpados (coitado do técnico!); porém, se os alunos vão mal, a culpa é deles: talvez sejam indolentes, desinteressados ou não inteligentes o suficiente para compreender o tão inteligente e genial professor. Em certos casos, dificuldades de compreensão ou repetência da maioria dos alunos chega mesmo a ser sinônimo de rigor professoral. Se considerarmos que a função do professor é ensinar, isso é um contrassenso.

O método decoreba-papagaio

Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci

Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi

Quase tudo que aprendi, amanhã eu já esqueci

Decorei, copiei, memorizei, mas não entendi

Decoreba: esse é o método de ensino

Eles me tratam como ameoba e assim eu num raciocino

Não aprendo as causas e consequências só decoro os fatos

Desse jeito até história fica chato ("Estudo Errado" – Gabriel O Pensador)

Em Kubanacan insiste-se na metodologia decoreba: professores exigem que os alunos memorizem datas, nomes etc., sem ao menos se perguntarem sobre a eficácia de tal método e para que serve. Insiste-se nos testes tipo "assinale a alternativa correta", "verdadeiro ou falso", "complete



a frase” etc. Espera-se que os alunos memorizem capitais e países, seus respectivos continentes, nomes de rios, solo, relevo e flora do país e do planeta. Não se questiona o ensino livresco separado da realidade cotidiana e do habitat do aluno. Numa época em que as informações estão disponíveis, em quantidade atordoante nos meios impressos e eletrônico, insiste-se em um ensino enciclopédico.

Será que o professor não percebe que, por esse método, seu aluno só estuda para tirar nota? Será que ele não vê que o aluno desenvolve estratégias de sobrevivência para passar de ano e que o conhecimento transmitido dessa forma se perde com o tempo? (Na prova seguinte, o aluno já esqueceu o conteúdo que caiu na prova anterior). O professor, seja por boa vontade ou falta de criatividade, insiste em restringir sua atuação à mera transmissão de conhecimento – como se o aluno fosse um cabeça-de-vento, um cérebro vazio a ser preenchido pelo saber enciclopédico do professor (o qual, muitas vezes, repassa o que está em seu livro didático, sua muleta, sem refletir sobre sua ação e sobre o conteúdo: tudo se dá como se o livro didático expressasse a pura e absoluta verdade. Há quem chegue ao cúmulo de ditar ou pedir que o aluno copie o texto do próprio livro).

O ensino decoreba expressa a ditadura do vestibular. Em Kubanacan, os formuladores dos exames vestibulares, talvez por pressa ou falta de condições, brindam a inteligência dos candidatos com questões que exigem memorização de datas – sem contar as pegadinhas e o fato das respostas corretas e erradas se diferenciarem por detalhes que exigem mais sorte do que discernimento. Em certos casos, como nas provas tipo somatória, os preparadores dos exames vestibulares se inspiram em uma filosofia punitiva (por exemplo: uma questão têm

cinco alternativas e apenas uma está errada, mas se o candidato assinalar três certas e uma errada ele zera a questão e perde a pontuação referente ao que acertou).

Seria cômico, se não fosse trágico, observar como professores, alunos, pais e amplos setores da sociedade se rendem diante da ideologia do mérito. Ainda há quem acredite na idiotice de que passar ou não no exame vestibular se resume a uma questão de esforço e dom individual. De fato, o vestibular só se sustenta devido ao poder econômico das escolas e cursinhos adestradores de indivíduos egoístas e competitivos e dos interesses corporativos dos que compõem a indústria do vestibular.

O educador Rubem Alves, entre outros, propõe que o vestibular seja substituído por um sorteio. Se as pessoas pararem para analisar detalhadamente o processo torturante a que são submetidos pais, alunos e professores, seus fundamentos e efeitos sociais, concordariam com essa proposta. Mas para isso teriam que se desvencilhar de todos os resquícios da ideologia meritocrática e das ilusões de que é possível quantificar a inteligência das pessoas. Na verdade, o vestibular confunde capacidade de memorização com inteligência:

Ora, pessoas que têm memórias que não se esquecem de nada, nos limites do meu conhecimento, são os chamados "idiot savants", expressão criada pelo dr. J. Langdon Down em 1887. Sobre eles, Oliver Sacks escreveu um fascinante artigo no livro "Um Antropólogo em Marte" (Companhia das Letras). "Idiot savants" são idiotas incapazes de pensar racionalmente que, entretanto, têm memórias prodigiosas que guardam tudo, completamente divorciadas da sua inteligência (Rubem Alves. "Melhorando as câmaras de tortura")



O sistema de ensino fundado na memorização serve apenas para apaziguar a consciência das boas almas que precisam de autojustificativa para os ganhos econômicos (a indústria do vestibular) e os professores fracassados (já que é mais fácil inocentar-se diante das deficiências de aprendizado do aluno: se esse não passa no vestibular a culpa é dele próprio; ou quem sabe do fato de ter nascido pobre e, portanto, na visão desses professores, de fazer parte do resto, isto é, os que estudam em escola pública). Esse tipo de argumento endeusa o setor privado; o inferno fica reservado para os alunos que não podem pagar essa preciosa mercadoria: o treino para competir no vestibular. Ora, só a uma alma profundamente insensível – para não usar outros adjetivos – pode passar despercebido ao fato de que tais comentários afundam ainda mais a baixa autoestima dos estudantes do setor público – em especial, nas escolas da periferia. É dose!

O problema vai além do dualismo setor público e privado. Trata-se do sistema de ensino em seu conjunto: dos seus fundamentos metodológicos, da desqualificação e despreparo de professores para educar, no sentido de ir para além da memorização de conceitos, fórmulas, datas e nomes; do sistema de exames e provas, fundado na lógica do prêmio ou punição; da crise de autoridade, substituída por mecanismos autoritários etc. São problemas existentes tanto no setor público quanto nas escolas particulares.

A prova nada prova

Os tempos de aprendizagem são diferenciados, a capacidade de aprender – diferente de simplesmente memorizar – não é igual para todos. Em vez de estimular a solidariedade entre os alunos, o sistema de notas estimula a concorrência – ao absurdo de ocorrer desentendimentos

entre alunos que tiram nota Dez e os que tiram 9,8 ou pouco menos. Esse sistema classifica os alunos (maus e bons), estimula o individualismo egoístico e desestimula os que não conseguem as boas e ótimas notas – esse é um dos fatores de evasão escolar. Ao confundir memorização com aprendizado, o aluno nota DEZ vive a ilusão de ser o melhor, o mais inteligente – dê-lhe uma questão que exija análise e reflexão, ou seja, simplesmente pensar, e ver-se-á suas dificuldades; já o aluno que tira nota baixa, pelo mesmo processo, tende a se ver como pouco inteligente. O sistema decoreba se funda no pressuposto de que há uma inteligência padrão e que é possível medi-la. Nesse esquema, a nota é sobrevalorizada e os meios se transformam em fins.

Mas como medir capacidades diferenciadas quando se homogeneiza os processos pedagógicos? Como explicar diferenças quantitativas ínfimas que podem levar o aluno do céu ao inferno? O que pode justificar que um aluno repita o ano ou uma disciplina porque não atingiu a nota 6.0 exigida pela burocracia de ensino, atingindo apenas 5.6 ou 5.8? Será culpa apenas do aluno ou capricho do professor? Quem garante que os critérios subjetivos e valorativos do professor não influenciaram a nota? Será que se ele avaliasse o aluno em outras circunstâncias a nota seria a mesma?

O pressuposto em que se fundamenta o sistema de provas é um engodo. Quantos de nós, professores, passaríamos novamente em um exame vestibular? Reitores e professores universitários seriam reprovados. É simples: o que memorizamos, com o tempo esquecemos. Os pais que acompanham a vida escolar dos filhos sabem-no: quantas vezes não conseguimos responder suas perguntas sobre conteúdos que há muito foram excluídos da nossa memória? Nosso



sistema neurológico sabe muito bem o que é útil e deve ser preservado... Façamos um simples teste: quantos de nós não se atrapalharia se tivéssemos que responder às questões colocadas aos nossos alunos por professores de outras disciplinas? Quantos de nós não nos tornamos dependentes do livro didático? Você, caro professor, sabe tudo da sua área de conhecimento? Tem certeza?

O sistema de prova também estimula a fraude: da simples cola à encomenda do trabalho solicitado pelo professor a um colega da própria turma, geralmente considerado c.d.f. ou mais inteligente, que aproveita para ganhar uns trocados; o aluno que tem mais recursos pode comprar o seu trabalho em diversos sites que oferecem esse tipo de serviços ou pode, por seu próprio esforço, pesquisar na Internet, salvar, selecionar o conteúdo, copiar, colar, editar, fazer uma bela capa: eis um trabalho nota 100... Ainda há o recurso de comprar o CD Rom na banca de jornal ou livraria mais próxima da sua casa (os quais oferecem trabalhos praticamente prontos). Os alunos sem recursos financeiros podem simplesmente ir à biblioteca e copiar do livro ou da enciclopédia... São estratégias de sobrevivência! Contudo, talvez a consequência mais nefasta desse sistema seja o assassinato da curiosidade intelectual da criança e do jovem: estuda-se apenas pela nota...

Alguns bem que tentam ser criativos e adotam mecanismos que disfarçam a tortura – tanto para o aluno quanto para o professor – de ter que dar a prova e a nota: inventam-se coisas como simulacros de educação continuada que se resumem à mera substituição da nota bimestral em semestral. A tortura passa a ser aplicada em doses homeopáticas: tudo passa a valer pontos e a prova bimestral é substituída por várias provinhas e atividades que somadas valem DEZ. E isso é apresentado

aos pais e alunos como avanço que, em geral, não são consultados, mas, informados.

A ilusão participacionista

Então, chega o dia em que os ilustres pais são convidados a adentrarem os portões das escolas de Kubanacan. Geralmente, isso ocorre em três oportunidades especiais: reuniões da APM, para trabalhar e/ou participar em eventos de caráter beneficente e para serem informados da evolução dos filhos na escola. As reuniões, salvo exceções, são chatas, monólogas e burocráticas: os pais são informados de decisões já tomadas, ouvem as autoridades da escola falarem em um tom professoral e que parece infundável. Quando, já cansados, é-lhes dado a palavra, poucos se aventuram a se expor: por receio ou desacostume de falar em público, preferem se calar diante das obviedades ou concluem que não vale a pena intervir.

Termina a reunião e fica a sensação de que aquilo não lhe diz respeito ou que ele nada pode fazer. A autoridade escolar tem a certeza de que agiu democraticamente e que, se os pais não participam, talvez seja por puro desinteresse. Em resumo: os poucos pais que dedicam parte do seu precioso tempo para participar desses rituais burocráticos ainda recebem puxões de orelha: “devem participar mais”, “a escola lhes pertence”, “é da comunidade”, dizem-lhes! Seu senso prático afirma o contrário: ele sabe que é um corpo estranho e as questões essenciais do cotidiano escolar não se decidem ali, nem se considera que ele possa opinar e interferir.

Quando convocado para tomar ciência da situação escolar do filho, lhe dirão que ele atingiu a média satisfatória ou que ficou aquém. Ouvirá elogios ao desempenho ou, um professor indiscreto lhe dirá, em público, que as notas do seu filho estão péssimas, que ele incorre nesse e naquele



defeito etc. Em qualquer caso, a discussão se encerra na nota, na classificação. Pouco lhe dirão sobre as dificuldades reais do aprendizado e sobre o seu trabalho (didática, planejamento, comportamento etc.): é o aluno que está sob julgamento. Muitos nem se perguntam sobre os objetivos de se avaliar, como deve e se a avaliação deve ser planejada, quais os critérios para definir as notas ou mesmo se a quantificação numérica do aprendizado é o melhor método.

Enquanto a burocracia escolar tiver o poder de tudo decidir e prescindir da opinião e participação dos diretamente interessados no processo educativo, a democracia escolar será um arremedo. É preciso abandonar o preconceito em relação à capacidade das crianças e jovens: quanto maior o envolvimento deles no processo decisório, mas eles se sentirão responsáveis e responsabilizados.

O círculo vicioso

A favor dos professores do ensino fundamental e médio devemos ressaltar que:

1) O esquema do vestibular pressiona-os a priorizar a pedagogia de papagaio, isto é, transmitir conhecimentos sem contextualizar conteúdos e refletir sobre os mesmos, com o único objetivo de levar os alunos a memorizá-los (isto é, adestrá-los para competir no vestibular). Em certos casos, nem isso é tentado e a prática pedagógica se resume naquilo que os alunos, inteligentemente, denominam como enrolação.

2) Por outro lado, os professores são pressionados pelo discurso da educação para a cidadania e as exigências para a formação de um aluno crítico e participativo.

3) Em muitos cursos de graduação os futuros professores são submetidos ao esquema decoreba e os modelos de educadores que nem sempre primam pela coerência ou a qualificação para desempenharem a função educativa (ver: “As dimensões da relação aprender-ensinar”).

4) Os professores inovadores sofrem, muitas vezes, a pressão dos pais e dos próprios colegas.

5) Dessa forma, da graduação ao ensino infantil, tende a se repetir o círculo vicioso: o professor reproduz métodos e modelos apreendidos na graduação (decoreba, ensino centrado na nota, práticas autoritárias em nome da manutenção da disciplina etc.); as crianças e jovens são treinados durante anos nessa senda e os poucos que não desistem pelo caminho e que passam no funil do vestibular resistem a qualquer inovação pedagógica, pois foram treinados para obedecer, se acomodar, competir e, portanto, têm dificuldades de agir de maneira autônoma, confundindo democracia com ausência de autoridade e liberdade com licenciosidade.

Parabéns, professor-educador

E me disseram que a escola era meu segundo lar

E é verdade, eu aprendo muita coisa realmente

Faço amigos, conheço gente, mas não quero estudar pra sempre!

Então eu vou passar de ano

Não tenho outra saída

Mas o ideal é que a escola me prepare pra vida



Discutindo e ensinando os problemas atuais

E não me dando as mesmas aulas que eles deram pros meus pais

Com matérias das quais eles não lembram mais nada

E quando eu tiro dez é sempre a mesma palhaçada (“Estudo Errado” – Gabriel O Pensador)

A essa altura, o leitor deve estar se perguntando se não estamos sendo demasiadamente críticos e pessimistas. Será que Kubanacan não tem jeito? A realidade é múltipla e apresenta aspectos positivos. Se é verdade que, em muitos casos, independente se a escola é paga ou pública, a crítica encontra fundamento; também é verdade que os problemas no ensino não são causados por um ou outro fator isolado: há quem apenas responsabilize os alunos pelos males da (des)educação; há quem jogue toda a culpa nos professores; e há, ainda, quem lave as mãos e considere que tudo se resume à falta de condições estruturais, ou seja, que o Estado não cumpre o seu papel. Não podemos, nesse espaço, aprofundar essas questões. Nosso objetivo foi apenas enfatizar alguns fatores da relação ensino-aprendizado.

Portanto, caro professor, se você tem vocação para ser educador, respeite seus alunos, prepare suas aulas e procure romper com os modelos amparados no decoreba e na classificação dos alunos através dos exames e notas, esteja aberto às críticas, auto avalie continuamente seu desempenho etc., considere essas palavras como o reconhecimento do seu trabalho educativo. Tenho certeza que seus alunos também lhe dirão: Parabéns Professor!

Porém, se você, caro professor, se reconhece no que leu ou desconfia que as críticas se dirigem ao seu trabalho educativo, você acertou: esse artigo foi escrito especialmente para você. Não para criticá-lo gratuitamente, mas para alertá-lo de que você, talvez por despreparo emocional e profissional, pode estar prestando um desserviço às crianças e jovens; e o pior: talvez suas atitudes estejam causando traumas que os marcarão pelo resto da vida. Pense bem: que tipo de geração você está ajudando a formar?

Por favor, se pergunte sobre a responsabilidade do ato de educar e se a sua atuação favorece a formação de alunos responsáveis, que respeitem uns aos outros, sejam solidários e desenvolvam o senso crítico. Se pergunte se a sua prática pedagógica representa um bom modelo para os alunos e se demonstra coerência entre o que fala e o que faz. Você está seguro quanto aos seus conhecimentos, a didática e as atitudes que marcam o seu relacionamento com seus alunos? Para o bem ou para o mal, você não passará despercebido na vida deles. Pense bem!

E Kubanacan?

Bem, a capital de Kubanacan fica... Ah! Melhor perguntar ao professor de geografia. Se ele não souber, assista à novela. Mas, se você parar, pensar e refletir sobre a realidade social e educacional, você poderá descobrir que Kubanacan é aqui e que a sua capital pode ser Brasília. Então, você perceberá que as semelhanças entre a ficção e a realidade não são meras coincidências. Infelizmente, essa realidade se repete por esse mundo afora...

¹ Da música “Estudo Errado”, de Gabriel O Pensador.